



NIZA SOUZA
csouza@jj.com.br

Verba para Saúde

Durante a sessão da Câmara de Jundiá, ontem (2), o vereador Wagner Ligabó (PPS) informou que recebeu uma mensagem do Ministério da Saúde sobre o andamento de algumas reivindicações ao órgão. Segundo ele, o Ministério reconheceu a necessidade da verba para a Rede de Urgência e Emergência (RUE) e, em breve, a cidade deve receber a verba suplementar de R\$ 11 mi.

Tribuna livre

Apenas dois municípios se inscreveram para a Tribuna Livre na sessão de ontem. A presidente do Sindicato dos Professores de Jundiá Sandra Baraldi Pereira falou sobre os efeitos das reformas no Congresso, especialmente da Previdência, na Educação. Representante dos motoristas e cobradores de ônibus, Paulo Ataíde dos Santos abordou as condições precárias dos trabalhadores e pediu apoio dos vereadores junto ao Executivo.

Audiência pública

Os vereadores Faouaz Taha (PSDB), Rafael Antonucci (PSDB), Leandro Palmirini (PV) e Paulo Sérgio Martins (PPS) já conseguiram a assinatura da maioria dos vereadores para o requerimento de solicitação para audiência pública que discutirá o projeto de lei que proíbe fogos de estúpido em Jundiá. O requerimento está tramitando nas comissões da Casa. A previsão é que a audiência seja no dia 25.

Mudança de líderes

Com a nomeação, na semana passada, do tucano Faouaz Taha para a liderança do governo de Luiz Fernando Machado (PSDB) na Câmara de Jundiá, seu colega Rafael Antonucci foi indicado para assumir o cargo de líder do partido na Casa, até então ocupado por Faouaz. A mudança foi oficializada ontem (2), durante a 13ª sessão ordinária da Câmara.

Manifesto

No dia em que o gestor de Educação, Oswaldo José Fernandes, pediu exoneração do cargo, um manifesto intitulado "Em defesa da Educação de Jundiá" está circulando pelas redes sociais e pelo WhatsApp. O texto em nome dos servidores públicos da Educação "denuncia as precárias condições às quais são submetidos os alunos e profissionais das escolas municipais". E destaca a postura "autoritária e inepta" do gestor.

Continua preso

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou ontem (2) um habeas corpus que pedia a liberdade do ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, que se está preso desde novembro do ano passado, no âmbito da Operação Calicute, um dos desdobramentos da Lava Jato. A Sexta Turma do STJ, que julgou o pedido de liberdade de Cabral, considerou não haver nenhuma ilegalidade na prisão preventiva dele. (Folhapress)

BAIXA NO GOVERNO

Oswaldo Fernandes deixa a Unidade de Educação

O gestor da Unidade de Educação de Jundiá, professor Oswaldo José Fernandes (PSB), deixou o cargo ontem (2). É a primeira baixa do governo Luiz Fernando Machado (PSDB). Em entrevista ao JJ Regional, ele afirmou que o pedido de exoneração foi em função de um processo de 2003, em que é acusado de improbidade administrativa. A Justiça recusou o recurso de apelação.

"Depois de 14 anos deixo o serviço público. Fiz a opção de pedir exoneração

porque não poderia conviver com essa situação que vem me incomodando muito. Estou triste, mas saio para preservar a minha integridade e a do governo. Prefiro recorrer da decisão fora da prefeitura", afirmou, reforçando: "Não devo o que estão me acusando".

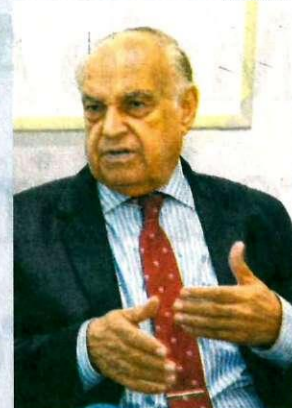
O cargo de Oswaldo foi uma retribuição à sua participação na coordenação da campanha do tucano. Ele foi o seu principal aglutinador e contou com o apoio do vice-governador Márcio Fran-

ça, que é do seu partido.

Desde que assumiu a pasta, que estava sem orçamento para a compra de uniformes e materiais escolares, Oswaldo começou a receber críticas pelo seu estilo centralizador. Na última semana, denúncias contra sua companheira Elizabeth Zago começaram a chegar às redações e à Câmara Municipal. Beth, como é conhecida, trabalhava voluntariamente na direção da Secretaria, cuidando da merenda, o que recebia inúmeras

críticas de funcionários. Ela chegou a ser admitida oficialmente como diretora, mas logo em seguida, exonerada. Mesmo assim, ela ia diariamente à Secretaria, segundo denúncias.

Em nota oficial, a prefeitura informou a exoneração "por motivos de ordem pessoal". "O prefeito Luiz Fernando Machado agradeceu os relevantes serviços prestados pelo professor no início deste governo." Ainda não há indicação de novo nome para a pasta.



PROFESSOR Oswaldo Fernandes estava há 14 anos no serviço público

LEGISLATIVO

Dois seis projetos previstos na pauta, um foi retirado, outro adiado e cinco foram aprovados por unanimidade

Depois do feriado, Câmara tem sessão tranquila

NIZA SOUZA
csouza@jj.com.br

Com todos os vereadores presentes no plenário, a 13ª sessão ordinária da Câmara Municipal, ontem, foi marcada pela tranquilidade e poucos debates. Todos os itens colocados em votação foram aprovados por unanimidade.

No início da sessão, o vereador Paulo Sérgio Martins (PPS) pediu a retirada do primeiro item da pauta, o projeto de lei 11.571/2014, de sua autoria, que regula o estacionamento de curta duração em locais específicos. O texto teve parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação (CJR) da Casa. Todos os vereadores aprovaram a retirada.

Outro projeto que estava na pauta, mas não entrou em votação foi o 12.204/2017, de autoria do vereador Rogério da Silva. O texto altera a lei que determina responsabilização civil por dano a patrimônio público. O autor pediu adiamento para o dia 29 de agosto.

O projeto de lei 11.603, do vereador Marcelo Gastaldo



SEM DEBATES Sessão de ontem contou com pouco público e transcorreu com tranquilidade, sem grandes discussões dos projetos

(PTB), que também tramita desde 2014, causou algum debate entre os parlamentares. O projeto proíbe o uso de aparelho portátil de reprodução de música em locais de acesso público sem

uso de fones de ouvido. "Alteramos o texto. Tiramos o item que tratava da apreensão do equipamento", explicou Gastaldo. O novo texto prevê, num primeiro momento, advertência e, em ca-

so de desobediência, a retirada do infrator do local.

O vereador Wagner Ligabó (PPS) elogiou o projeto, mas salientou que em outros locais onde vigora lei semelhante, há dificuldade

em aplicá-la. Ele citou o exemplo da Paraíba. "Lá, motoristas e cobradores de ônibus não têm coragem de retirar o passageiro infrator do ônibus", disse. Ligabó também ressaltou o perigo de ouvir música em alto volume com os fones de ouvido e a inconveniência de um cidadão que obriga outro a ouvir algo que não gosta. "A intenção com esse projeto é pedir respeito às pessoas que estão à sua volta", ratificou Gastaldo. O projeto foi aprovado por unanimidade.

Unanimidade

Foram aprovados ainda os projetos de lei 12.202/2017, de Antônio Carlos Albino (PSB), que exige legenda ou texto em linguagem compreensível para deficientes auditivos na exibição de filmes nacionais e peças teatrais; o projeto 12.217/2017, de Edicarlos Vieira (PSD), que prevê a fixação de preços por litro com duas casas decimais nos postos de combustíveis; e o 12.229/2017, de Paulo Sérgio Martins, que altera a lei que disciplina a publicidade ao ar livre.

COM POSSÍVEIS AJUSTES

Votação da reforma da Previdência será hoje

O presidente da comissão que analisa a reforma da Previdência, deputado Carlos Marun (PMDB-MS), afirmou nesta terça-feira (2) que a votação da proposta será nesta quarta-feira (3) e disse ter certeza de que o governo conseguirá aprovar o texto no colegiado.

Marun não descartou a possibilidade de o relator da proposta, deputado Arthur Oliveira Maia, (PPS-BA), fazer ajustes no texto apresentado em abril. "A base do texto é a mesma. Pode ser que nesse meio tempo se evidencie que alguma situação passou despercebida pelo relator e ele tem a prerrogativa de ajustar o texto", afirmou.

Pouco tempo depois, o relator declarou que não iria alterar nada em seu texto até esta quarta. Apesar disso, um interlocutor do governo afirmou que pode ocorrer mudança até o momento da votação. Uma possibilidade, segundo ele, é a

inclusão de policiais legislativos nas regras estabelecidas para os demais policiais tratados na proposta.

Apesar da pressão de líderes aliados do governo para o adiamento da votação, Marun disse que não existe motivo para postergar. "Temos absoluta segurança de maioria consistente na comissão. Eu sei que vamos vencer. Gostaria de ter uma votação com 22 votos", disse.

O governo tomou a decisão de votar nesta semana justamente para evitar a pressão em cima de Maia. "Pressão sempre vai haver", disse o relator à reportagem antes de pegar um desvio para não passar pelo "corredor polonês" feito por servidores da Câmara na entrada do plenário onde ocorre a reunião da comissão da reforma da Previdência.

Ciente de que não tem os 308 votos necessários para aprovar a reforma da Previdência

no plenário da Câmara, o governo não avaliava a possibilidade de adiar a votação da proposta na comissão especial que trata do assunto. Aprovado na comissão, o relatório só pode ser alterado por emendas em plenário. Por isso, a ideia do governo é aprovar o texto - aliados estimam ter 230 votos a favor na comissão - e esperar mais alguns dias para ter segurança de levá-lo ao plenário da Câmara. A expectativa do Planalto é ter 320 votos. O Palácio do Planalto acredita ser possível conseguir o total até a última semana de maio, possibilitando a votação em plenário em junho. Além do risco de mudanças no relatório, o governo de Michel Temer avaliou que, com um texto final definido, fica mais fácil conseguir votos adicionais para a proposta, já que há parlamentares governistas que ainda receiam a possibilidade de recuos nas flexibilizações realizadas.

PRESO PELA LAVA JATO

STF decide libertar José Dirceu

O STF (Supremo Tribunal Federal) concedeu nesta terça (2) habeas corpus ao ex-ministro José Dirceu, preso pela Lava Jato. A decisão foi tomada pela Segunda Turma do tribunal, da qual fazem parte Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Celso de Mello e Edson Fachin, relator da operação no STF.

Toffoli e Lewandowski votaram pela soltura. Fachin e Celso de Mello defenderam a manutenção da prisão. Coube a Gilmar Mendes desempatar, com decisão favorável ao petista. Dirceu está detido desde 3 de agosto de 2015 em Curitiba. Ele foi condenado duas vezes em ações da Lava Jato.

Ao pedir habeas corpus, seus advogados alegaram ausência de fundamentação da prisão, mantida, segundo a defesa, "sob falaciosa argumentação" de que a medida restritiva que Dirceu cumpria (pri-

são domiciliar) não era suficiente para que parasse de cometer crimes.

Os ministros do Supremo decidiram soltar Dirceu poucas horas depois de o Ministério Público Federal no Paraná apresentar nova denúncia contra o petista.

Em entrevista, o procurador Deltan Dallagnol afirmou que a denúncia já estava sendo "elaborada e amadurecida", mas, em razão da análise do habeas corpus pelo STF, "houve a precipitação" de sua apresentação. O objetivo, segundo ele, foi trazer à tona novos elementos, "que podem ser ou não considerados pelo Supremo" para decidir sobre o pedido de liberdade.

O habeas corpus a favor de Dirceu segue tendência do Supremo nos últimos dias de conceder liberdade a pessoas presas sob determinação do juiz Sérgio Moro,